

Onde você estava na grande enchente de 2024?

*Celma Paese¹⁴⁴
Gianluca Perseu¹⁴⁵*

Resumo

O presente trabalho procura operar uma costura entre duas séries de narrativas, entrecortadas uma pela outra. A primeira, intitulada “Dilúvio”, diz respeito às experiências e percepções acerca das enchentes de maio de 2024, ocorridas no estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Foi composta a partir de acontecimentos, noticiados pelos meios de mídia ou por nós vividos em primeira mão. A outra série narrativa, de nome “Acolhimento” trata-se de uma exploração filosófica de tais acontecimentos através do plano de imanência construído – ao longo de décadas de escrita – pelo filósofo franco-argelino Jacques Derrida. Tendo como principal interesse as noções da ética do acolhimento por ele desenvolvidas, o presente trabalho procura, através de um procedimento narrativo de montagem, exercitar o pensamento filosófico a partir da dimensão da experiência de um mundo sensível e compartilhado. Procuramos, portanto, não apenas narrar os fatos do mundo, mas, a partir de alguns dados de realidade, produzir novos significados sobre o que nos acontece.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; Enchente; Jacques Derrida; Hospitalidade; Acolhimento.

Abstract

This paper seeks to weave together two sets of narratives, intersecting and influencing each other. The first, entitled “Dilúvio”, concerns experiences and perceptions of the May 2024 floods in the Brazilian state of Rio Grande do Sul. It was composed from events reported in the media or experienced by us first-hand. The second narrative series, named “Acolhimento”, is a philosophical exploration of these events through the plane of immanence constructed - over decades of writing - by the Franco-Algerian philosopher Jacques Derrida. With a primary interest in the notions of the ethics of hospitality he developed, this paper seeks, through a narrative procedure of montage, to exercise philosophical thought from the dimension of the experience of a sensible and shared world. We seek, therefore, not only to narrate the facts of the world but, from some data of reality, to produce new meanings about what happens to us.

Keywords: Rio Grande do Sul; Flood; Jacques Derrida; Hospitality; Welcome.

Regras da casa

O presente trabalho procura operar uma costura entre duas séries de narrativas, entrecortadas umas pelas outras. A primeira, intitulada “Dilúvio”, diz respeito às experiências

¹⁴⁴ Arquiteta e Urbanista (UniRitter), Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS). Possui pós-doutorado (PNPD-CAPES) pelo PPGAU Uniritter/Mackenzie, é Mestre e Doutora em Teoria, História e Crítica da Arquitetura (PROPAR/UFRGS) e coordena o coletivo de estudo e ação urbana Cartografia da Hospitalidade. Participa dos grupos de pesquisa do CNPQ: Arquitetura, Derrida e aproximações (PROPAR-UFRGS e PPGFIL- UERJ), Cidade+Contemporaneidade (PROGRAU UFPEL) e Arquiteturas Emergenciais (PROPAR-UFRGS).

¹⁴⁵ Arquiteto e Urbanista (UniRitter), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) e Professor Substituto no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS). Investiga a produção de paisagens urbanas em uma contemporaneidade neoliberal. Atua em coletivos como o Cartografia da Hospitalidade e coordena o R.U.A.: Refletir Urbanidades na Ação, promovendo ações de pedagogia urbana.

e percepções acerca das enchentes de maio de 2024, ocorridas no estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Foi composta a partir de acontecimentos, noticiados pelos meios de mídia ou por nós vividos em primeira mão. A outra narrativa, de nome “Acolhimento” trata-se de uma exploração filosófica de tais acontecimentos através do plano de imanência construído – ao longo de décadas de escrita – pelo filósofo franco-magrebino Jacques Derrida.

A partir da hospitalidade derridiana, tida como uma questão pivotal para a discussão aqui estabelecida, procuramos levar a cabo uma exploração dos jogos de alteridade ocasionados pelas enchentes de maio. Procuramos, com isso, abrir os sentidos do ocorrido e não apenas comunicar o pensamento, mas primeira e principalmente, provocá-lo para além dos confins do senso comum. A intenção de tal procedimento narrativo de montagem é exercitar o pensamento filosófico a partir da dimensão da experiência de um mundo sensível e compartilhado. Procuramos, portanto, não apenas narrar os fatos do mundo, mas, a partir de alguns dados de realidade, produzir novos significados sobre o que nos acontece.

Dilúvio 1: a água pede passagem

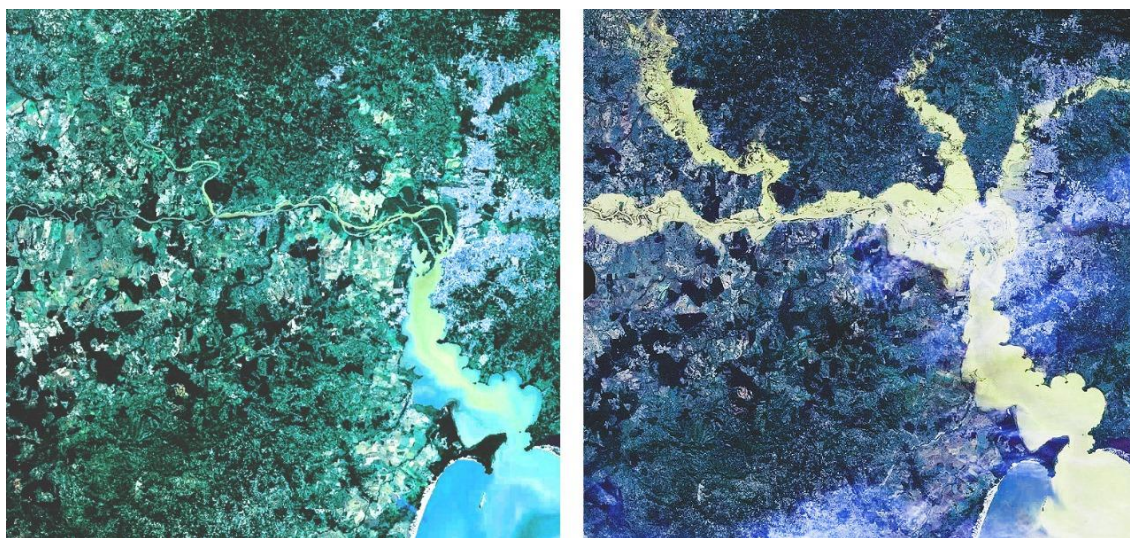


Figura 1: Infogravuras a partir de imagens de satélite do antes e depois da enchente na região de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Elaborado pelos autores a partir de VIVEIROS, 2024. Disponível em <https://shorturl.at/o7ATv>. Último acesso em 05 de fevereiro de 2025.

Porto Alegre, dias do dilúvio. Entre o final de abril e o início de maio 2024, a chuva caía e a desesperança aumentava. Neste período, o Rio Grande do Sul foi atravessado por um evento cuja presença, ao mesmo tempo evidente e indizível, escancarava as fragilidades das formas humanas de estar no mundo diante da força intempestiva da natureza, que veio em busca do que lhe pertence. Foram 40 dias e 40 noites de chuva. 540 mm de água. A catástrofe, em sua

dimensão trágica, é um convite à reflexão sobre a finitude, a impermanência e a vulnerabilidade que marcam a nossa existência.

Não foi mera enchente, digamos de largada. O colapso da barragem 14 de julho, entre Cotiporã e Bento Gonçalves, às margens do Rio das Antas, ocorrido em 2 de maio, após as torrentes iniciais, não pode ser lido como simples falha técnica; trata-se, antes, de um sintoma agudo de uma matriz de pensamento que perpassa as sociedades do globo, priorizando a produtividade em detrimento da vida. A catástrofe observada no Vale do Taquari, coração da devastação, também transcende a mera enchente, revelando as fraturas profundas em nossa relação com o habitar. As águas revoltas do Taquari, carregadas de destroços e vidas, dissolveram não apenas lares, pontes e caminhos, mas também a ilusão de controle que a modernidade tanto cultivou.

Em Porto Alegre, capital dos gaúchos, o nível do Rio Guaíba que, além das chuvas, recebeu volumes imensos de águas do sistema de rios Taquari-Antas, no dia 5 de maio chegou a 5 metros. Em alguns dias do evento foi 5,3 metros. Foram registradas mais de 157.000 pessoas desabrigadas, inúmeros animais resgatados e mortos, lares perdidos, vidas arrasadas. Florestas, parques e plantações destruídas.

Acolhimento 1: a ética da hospitalidade entre a água e a terra

No homem, a alteridade, que ele partilha com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se unicidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos (ARENDETT, 2016, p. 218).

A fúria da natureza escancara a fragilidade da nossa morada terrestre e nos impõe, como já anunciava Derrida (2007), a necessidade de repensar a hospitalidade em sua radicalidade. Observamos, nas ruínas e na lama, a falência da condicionalidade do acolhimento que impõe limites e fronteiras ao estrangeiro incontrolável. O desastre, em sua violência inclemente, exigiu nossa abertura, por outro lado, para a incondicionalidade do acolhimento do imprevisível: daquilo que desestabiliza as nossas certezas e nos força a repensar o próprio sentido de habitar.

Ao longo de dias aparentemente intermináveis, o estado foi tomado por chuvas cujo excesso – sempre transbordando as margens do previsível – provoca-nos, decorridos alguns meses, a entrever fissuras em nossa relação com o acolhimento do espaço, do tempo, do outro e, finalmente, da morte. Entrever para, então, pensar em maneiras de estar no mundo, mais comprometidas com a diferença enquanto princípio político da existência na Terra. Em meio a essa necessidade de pensamento, que não deixa de ser um chamado à ação transformadora do

próprio pensamento, o plano das ideias do filósofo Derrida (2007) acerca da hospitalidade surge como possibilidade para uma ética de atenção à coexistência de diferenças, na busca pela produção de mundos outros.

Diante da força avassaladora da natureza, somos impelidos a questionar a soberania do sujeito e a lógica antropocêntrica que sustentam o nosso mundo. A enchente foi um vórtex que nos provocou a pensar na transcendência de categorizações e preconceitos em relação aos seres. A urgência em acolher vidas era a única opção de desdobramento daquela situação, onde a dignidade da vida estava afligida pelo desamparo. E assim foi feito. A união salvou o que poderia ser salvo. Colaborar, abrigar, fazer cada pessoa a sua parte, o que estivesse a seu alcance. O acolhimento era praticado pelos que podiam estender a mão oferecendo refúgio, seja em seus carros, barcos, casas ou abrigos improvisados. Pessoas que acolhiam pessoas e animais que tiveram suas vidas acolhidas pelas águas. Incondicionalmente, como só a morte sabe acolher.

Derrida (2008) salienta que, para seu mestre, Emmanuel Lévinas, o acolher vai além da promessa de refúgio. O acolhimento, dessa maneira, se dá na medida que é reconhecida uma ética da hospitalidade messiânica; uma suposta promessa de paz na mão que se estende ao rosto. Este, tal qual se apresenta, é acolhido em sua totalidade, sem pressupostos sobre a natureza dos segredos que nele possam habitar. Ao rosto que chega, abre-se a porta da casa; os braços em um abraço; é oferecido o que comer e beber; um lugar para o recolhimento. Não há perguntas, julgamentos ou tematização. Apostar em uma ética da hospitalidade, enfim, implica em proteger a inocência subjetiva dos des-esperados, dos que deixam tudo para trás.

O próprio Derrida (2007) alerta que a hospitalidade incondicional sempre carrega em si as impurezas, as impossibilidades que a condicionam. Debruçando-se sobre a filosofia derridiana, Solis (2009) atenta para a ambiguidade encontrada nos elementos da hospitalidade, que encerra uma dualidade inerente: a relação de poder entre o anfitrião (*hostis*, “aquele que acolhe”), que detém o controle sobre o espaço e dita as normas, e o hóspede (*pets*, “aquele que é acolhido”), o estrangeiro que chega e deve se submeter às suas regras. Essa dinâmica, como apontado por Derrida (2007) e elucidado pela filósofa, revela a aporia da hospitalidade, sua ambivalência intrínseca: ao mesmo tempo que acolhe, a hospitalidade impõe limites e a vigilância sobre os seres, instaurando um processo de constante negociação e transgressão de fronteiras ao qual Derrida chama de *hostipitalidade*. Tanto física como simbolicamente, a hospitalidade se manifesta em sua plenitude, revelando a infinitude do outro e expandindo os limites do próprio “eu”. O processo de criação da hospitalidade reside justamente nessa fluidez, nesse questionamento contínuo das regras da casa que, ao serem ultrapassadas e revisadas,

criam um espaço de acolhimento onde os papéis podem se inverter; onde o encontro com a alteridade pode surgir.

Na enchente, a dança da hospitalidade pode ser observada no transbordamento do Guaíba, inscrevendo-se como um texto de caligrafia fluida nas ruas da cidade e escrevendo histórias ainda por decifrar. Ela está no vai-e-vem das águas que transpassavam os limites usuais de sua relação com a cidade, confundindo os limites entre a água e a terra, entre a cidade e a natureza. Adentrando por cima e por baixo da superfície, as águas revisavam as regras da casa. No passo a passo da relação, a cidade ultrapassou a todo o instante a ideia que se poderia ter do rio, o estrangeiro que ultrapassou seus limites para além de qualquer borda e vontade que seja, tornando-se hóspede em seu próprio território. Aos habitantes restou, portanto, reconhecer a força infinita da punção de morte que jaz, silenciosa, no Guaíba. Foi como se a cidade inteira fosse convocada a ler a si mesma, a questionar os alicerces não só das edificações, mas das ideias que sustentam a sua existência.

Quem é a dona da casa, afinal? As águas do Guaíba, que ali sempre estiveram? A cidade, obstáculo para sua visitação? Ou seriam os moradores, aqueles que empurraram as margens do rio para dentro de seu delta, redesenhando-as?

Dilúvio 2: pontos sobre o colapso

Segundo a Defesa Civil Municipal, no dia 7 de maio de 2024, auge do evento de emergência climática, havia mais de 9,8 mil pessoas em abrigos temporários. Em 9 de maio já eram mais de 12 mil, em 124 abrigos. Somavam-se aos humanos mais de 5 mil animais resgatados até 10 de maio. Além de pessoas da capital, moradores de cidades da Região Metropolitana, também estavam acolhidos em Porto Alegre. Eldorado do Sul, cidade integrante da região da Grande Porto Alegre, ficou submersa basicamente em toda a sua extensão. Em Canoas, também na RMPA, bairros inteiros, localizados às margens da água e das condições dignas de moradia, tornaram-se humanamente inabitáveis durante o período. Moradores das ilhas e outras regiões ribeirinhas tiveram de ser resgatados às pressas. Enquanto isso, moradores dos bairros centrais da capital próximos ao Guaíba eram vítimas de um processo de sucateamento de décadas de um dos sistemas de proteção de cheias outrora reconhecidamente eficiente. A cidade colapsou: não havia abastecimento de água e luz. Os principais acessos por terra estavam bloqueados pelas águas. O aeroporto estava inoperante. Atividades diversas foram suspensas. Em alguns casos, o mercado não deu trégua aos afetados. E a chuva não parava.

Acolhimento 2: abalamentos

As águas, ao romperem barreiras, tornam-se não só potência de morte, mas agente de exposição de algo que estava oculto, silenciado nas práticas que delimitam território e poder. As águas, portanto, trabalham em favor desse abalamento de sentido, em um estado contínuo de questionamentos e incertezas, presente só no imprevisível que chega arrombando a porta. As águas expulsaram as pessoas dos seus lares. Nesse afastamento, subjaz a dúvida do que ocorrerá dali em diante. A dúvida do que ainda nos pertence no universo que antes era recolhimento. Encarada a questão sob tal viés, elas nos impõem o jogo da *hostipitalidade*, aliada da produção de mundos.

A tragédia nos coloca diante do inevitável: a desconstrução de nossas certezas climáticas, territoriais, políticas. A incerteza do que pertence a quem, de quem acolhe a quem. Em cada correnteza, o que está em jogo não é apenas a perda de vidas e bens, mas a emergência de uma pergunta fundamental sobre a responsabilidade e o futuro. O Rio Grande do Sul¹⁴⁶, ao ser inundado, tornou-se o palco de um diálogo inacabado entre hóspede e hospedeiro: humano e o inumano, entre o construído e o a construir, entre o presente e o porvir. Assim, a enchente não se encerra em si mesma; ela permanece, como um espectro que insiste impor seus rastros, esperando que sejam lidos, interpretados, ressignificados. A água em turbilhão não era apenas um evento físico; ela invadia a “casa” e suspendia, sim, a terra, mas também o imaginário que nos ancora no mundo. Pertences, memórias, histórias – tudo era tragado para uma condição liminar, onde o familiar se torna estranho, e o estranho se instala como o novo horizonte. Afogavam-se promessas, é certo, mas também os vislumbres de um futuro que já não poderia ser o mesmo. No rastro da devastação, o tempo parecia bifurcar-se: o passado, que acolhe espectros dissolvidos nas águas turvas que deixam sua rede de rastros nas bordas marcadas e nos ecos distantes, que o futuro escuta, mas não sabe se os alcançará.

Em meio à perda e ao silêncio que seguiu o barulho incessante das águas, desenhou-se um novo mapa – um mapa não de ruas ou bairros, mas de relações, de encontros e confrontos com o outro. Traçaram-se novos arranjos de alteridade, forjados na resistência e na sobrevivência. A enchente, ao dissolver as bordas entre o público e o privado, o seguro e o precário, revelou o quanto nossa existência está entrelaçada com a presença dos outros. Nessa

¹⁴⁶ Essa catástrofe, que mobilizou esforços locais e internacionais, não pode ser compreendida apenas em termos de ação e reação. Ela nos força a interrogar a própria noção de desastre – um termo que, como a enchente, parece exceder suas margens e escapar ao controle de quem tenta nomeá-lo. Afetar uma área regional equivalente a 33 Porto Alegre é mais do que uma medida geográfica; é um deslocamento da escala do possível, um abalo na economia simbólica do lugar.

paisagem devastada, o que emergiu não foram apenas corpos e destroços, mas gestos de acolhimento, cuidado e, paradoxalmente, novas vulnerabilidades. Segundo a tradição filosófica, acolher o outro que chega é um imperativo ético que nos precede. Portanto, a “decisão” do gesto que brota de nós, muitas vezes de forma espontânea e intuitiva, como um impulso que emana das profundezas do nosso ser, vem das entranhas, de um tempo que era preciso abrir a porta. Derrida (2008) comenta que a porta, símbolo da passagem, do limiar entre o dentro e o fora, torna-se o lugar do encontro, o espaço da acolhida. Ao abri-la, não apenas damos acesso ao outro, mas também abrimos a possibilidade de um acolhimento mútuo e do recolhimento. Acolher o outro é estender a mão, acolher o seu rosto, enquanto acolhemos a alteridade que nos habita, o outro em nós, aquele que nos permite dizer “sim” ao estrangeiro, ao diferente, àquele que chega e nos transforma. Acolher é abrir-se para o inesperado, para o desconhecido.

Dilúvio 3: lógica do abrigo

Durante os dias mais críticos do dilúvio, quando as chuvas intensas transformaram ruas em vias inundadas, a resposta emergencial das comunidades evidenciou uma mobilização ampla e organizada. Moradores, equipes de resgate e diversas organizações civis uniram esforços para salvar vidas e minimizar os impactos imediatos do desastre. Em diversas áreas atingidas, cidadãos transformaram suas residências em abrigos improvisados e utilizaram veículos, como carros e barcos, para transportar pessoas e distribuir alimentos e água. Dados oficiais indicam que, nos momentos de maior gravidade, centenas de voluntários se mobilizaram para realizar resgates em zonas de difícil acesso, e os abrigos temporários registraram uma ocupação significativa, com a presença de milhares de desabrigados em diversas localidades.

Essa resposta, pautada em ações coordenadas e na rápida organização dos grupos de apoio, evidenciou a capacidade da população em atuar de forma colaborativa, mesmo diante de falhas nos sistemas formais de proteção. Relatórios da Defesa Civil destacam que a rede de apoio comunitário foi determinante para a redução do número de vítimas, e as iniciativas locais de distribuição de mantimentos contribuíram para o atendimento das necessidades básicas enquanto os serviços públicos eram restabelecidos. A mobilização espontânea dos cidadãos, baseada em práticas de solidariedade e na cooperação entre vizinhos, demonstrou que, em situações de crise, a ação coletiva pode representar uma resposta eficaz e imediata.

Acolhimento 3: o acolhimento pela via do humano

A água, a lama e o lodo que acolheram o lixo humano, ao retirarem-se deixaram atrás de si rastros de incertezas. A desconfiança da repetição pairava como uma sombra: será que o mesmo desastre voltará a nos visitar? Nesse cenário, a ética da hospitalidade, conforme pensada por Derrida (2007), vem à tona com uma força avassaladora. O que significa, afinal, acolher o outro quando o próprio espaço do acolhimento está em ruínas? Como abrir-se para a alteridade quando a casa é, ela mesma, um campo de desolação? A hospitalidade não é apenas a recepção do outro em nosso território, mas o reconhecimento de que o outro já estava lá, dentro de nós, sempre, bem antes, bem depois do desastre.

Assim como a morte, o turbilhão das águas, outro absoluto, exigiu o direito à hospitalidade incondicional, pois não podemos controlá-la ou negociá-la (Derrida, 2008). Incontroláveis e indiferentes às divisões humanas, as águas da enchente expuseram esse fato de forma brutal. Cidades que antes pareciam ordenadas e delimitadas tornaram-se espaços fluidos, onde a hospitalidade precisou se reinventar. Não havia como manter as margens — nem dos rios, nem das identidades. A hospitalidade, assim, mostrou-se não como um ato voluntário, mas como uma exigência ética que o desastre impõe: abrir-se ao outro, mesmo quando isso parece impossível. Foi preciso escutar o clamor das águas, o lamento dos desabrigados, o silêncio dos que se foram. Acolher a dor e a perda, e reconhecer, na fragilidade e na precariedade, a própria condição humana. Assim, a morte serve como um exemplo limite da hospitalidade incondicional, mas não a esgota. A busca por uma hospitalidade incondicional se estende a todas as nossas relações, desafiando-nos a acolher o universo do outro em sua singularidade, sem reduzi-lo às nossas expectativas ou categorias.

Não se pode acolher o outro sem que algo em nós mesmos se desestabilize, sem que nossa ideia de lar, de segurança, de normalidade seja profundamente questionada. A enchente não apenas trouxe o outro para dentro; ela nos lembrou que, em última instância, o outro nunca esteve fora. Nesse espaço de convivência forçada entre corpos, restos e rastros, entre lama e esperança, a *hostipitalidade* torna-se o campo onde resistimos à tentação do fechamento, da recusa. No cenário das enchentes, ela nos ensina que sobreviver não é apenas reconstruir as casas ou limpar as ruas; é também reconfigurar nossas relações com o outro, com o espaço e com o tempo. A enchente, em sua brutalidade, desvelou a fragilidade das fronteiras que nos definem, definindo a relação com o outro — e, talvez, nos tenha convidado a repensá-las. Apesar do acolhimento ter se tornado um ato de resistência e reafirmação de humanidade, a necessidade

de refúgio expandia-se junto com a inexorabilidade do tempo, obrigando tanto os acolhedores quanto os acolhidos¹⁴⁷ a reavaliar seus papéis.

Derrida (2007) propõe o acolhimento ao rosto e a seus espectros. A espectralidade, na perspectiva derridiana, é essencial para compreender a experiência de quem perdeu seu lar. Aqueles que buscam refúgio são pessoas que carregam histórias, memórias e traumas que, frequentemente, permanecem invisíveis. O acolhimento, então, deve ser uma vigilância atenta às entrelinhas das experiências humanas, um reconhecimento de que a dignidade e a esperança habitam precisamente nos riscos e nas fragilidades de cada história. É nesse espaço espectral que podemos encontrar o potencial de um acolhimento autêntico, que não busca simplesmente receber, mas viver e partilhar a necessidade de pertencimento. Na experiência da enchente de 2024 em Porto Alegre, observamos não apenas a destruição de lares físicos, que precisam ser reconstruídos. Observamos um chamado à ação para a construção de refúgios que não se limitem a construção de casas para serem chamadas de lar e a uma rede esporádica de apoio. É preciso construir práticas eficazes de acolhimento permanente.

Dilúvio 4: des-esperança

Meses após o recuo das águas, a análise do cenário pós-enchente revelou desafios estruturais que continuam a afetar a segurança e o planejamento urbano da região. Verificou-se que, apesar dos esforços emergenciais realizados durante o evento, a manutenção das infraestruturas de proteção – como represas na serra, diques e casas de bomba em Porto Alegre – permanece deficiente. Relatórios técnicos apontam para a deterioração desses equipamentos, fruto de investimentos insuficientes e de uma falta de planejamento integrado a nível regional. Essa situação expõe o território a novos riscos, com episódios de enchentes menores, mas que reavivam o temor de futuros desastres e o potencial de desalojamento de comunidades vulneráveis.

A carência de políticas públicas sistêmicas para a prevenção e a mitigação dos efeitos das chuvas intensas reflete um cenário de incerteza no âmbito do planejamento urbano. Enquanto projetos de requalificação emergencial foram implementados, as ações de longo prazo – como a modernização dos sistemas de alerta, a manutenção periódica dos equipamentos de contenção e a articulação de estratégias de gestão integrada – ainda não foram consolidadas.

¹⁴⁷ Em sua discussão sobre a hospitalidade, Derrida faz uso da ambiguidade da palavra francesa, *hôte*, que nomeia tanto a pessoa que oferece (hospedeira/o; anfitriã/o) quanto aquela que recebe hospedagem (hóspede) (DERRIDA; DUFOURMANTELLE, 2003, p.18).

A especulação imobiliária sobre áreas que historicamente serviam como zonas de proteção agrava essa situação, ao transformar terrenos estratégicos em pontos de interesse econômico, muitas vezes sem a devida consideração pelas implicações ambientais e sociais.

Esses desdobramentos evidenciam a necessidade de uma revisão urgente das políticas de prevenção e de uma maior integração entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil. A experiência do dilúvio demonstrou que a resposta emergencial, por mais eficiente que tenha sido, não substitui um planejamento contínuo e sistemático que assegure a manutenção dos mecanismos de proteção e o bem-estar das comunidades. Em síntese, os desafios atuais apontam para a importância de transformar o aprendizado obtido com a tragédia em ações concretas, de modo a evitar que eventos semelhantes se repitam e a garantir a segurança e a estabilidade dos territórios urbanos.

Acolhimento 4: fronteiras nacionais e o Novo Cosmopolitismo

“Será que então A lei da hospitalidade pura como justiça pede-nos para abrir a hospitalidade para além da família?”, pergunta ele [Derrida]. Mas recusar a família (e toda a estrutura na qual ela prossegue, a sociedade civil, o Estado, a nação) é confirmar a hospitalidade pura em sua impossibilidade. É preciso, então, pensá-la a partir desse paradoxo (DERRIDA; DUFOURMANTELLE, 2003, p.88).

A hospitalidade, tema que perpassa a história do pensamento desde os seus primórdios, encontra em Kant, notadamente em sua obra “Para a Paz Perpétua”, uma formulação singular. Para o filósofo de Königsberg, a hospitalidade se configura como um direito cosmopolita, fundado no respeito à lei natural e à autonomia da vontade. Distanciando-se de uma concepção meramente filantrópica, Kant vislumbra na hospitalidade um dever moral, um direito inerente a todos os seres humanos em virtude da compossessão da superfície terrestre. Contudo, a hospitalidade kantiana restringe-se ao direito de visita, e não de residência, devendo ser regulamentada por leis estatais e internacionais com vistas à promoção da paz perpétua. É justamente nesse ponto que Derrida (2007) intervém, expandindo a noção de hospitalidade para além dos limites kantianos. Em sua perspectiva, a ética da hospitalidade exige a abertura e o acolhimento incondicional ao outro, ao estrangeiro, aquele que chega de surpresa carregando o incompreensível, desafiando o senso comum com sua simples presença. Porém, paradoxalmente, Derrida coloca que a incondicionalidade do acolhimento só acontece na morte (2008). No contexto contemporâneo, marcado por tragédias que impõem fluxos migratórios intensos e, conseqüentemente, uma crescente necessidade de asilo, a reflexão sobre a hospitalidade se faz mais urgente do que nunca.

Para Derrida (2007), o estrangeiro é o diferente em vivência e cultura, porém nunca no sentido nacionalista. As diferenças nacionalistas não fazem parte do pensamento da desconstrução, por serem diferenças excludentes. Para o Filósofo, o estrangeiro é quem questiona e sacode o dogmatismo imperante, passando a questionar a autoridade paterna do logos e seu poder de dar hospitalidade. Falando uma língua estranha ao meio, teme ser tratado como louco, por recear que sua língua não seja compreendida. Nestas circunstâncias, o estrangeiro sente-se ameaçado pela autoridade do logos, que pressupostamente, estaria preparando-se para desarmá-lo e ameaçando seu direito à hospitalidade. O questionamento então passa a ser de direitos e deveres, de limites que passam a serem impostos passo a passo por um grupo familiar ou étnico ao grupo familiar ou étnico que está sendo recebido, estabelecendo-se assim uma relação de *hostipitalidade*.

A incondicionalidade do acolher em nível de urgência, habita o novo cosmopolitismo proposto por Derrida (1997) na carta que proclama a necessidade da fundação das cidades-refúgio, rede que no final do século passado buscou abrir as cidades para além do direito de hospitalidade existente. “Cosmopolitas de todos os países, mais um esforço! (1997)” é o ato político de um pensador atento: Derrida vislumbra a possibilidade de uma rede cidades-refúgio, guardiãs da “democracia *por-vir*”, espaços de acolhimento, que rompem com as regras de estados, com nacionalismos que impedem o acolher em plenitude. Tal cosmopolitismo cruza a prática de um acolhimento do ser humano na sua excepcional singularidade, sem saber suas regras ou intenções, sem condições, sem alibis “realistas”, “pragmáticos”, xenófobos ou outros, com a sua inscrição numa política e num direito. Ou seja: nas condições esperadas para um refúgio. Derrida e Bernardo (2002) ressaltam a incondicionalidade do acolhimento das cidades-refúgio como um pilar do novo cosmopolitismo. Espaço que propõe um gesto de abertura radical, um movimento que não se limita a receber aqueles que se encaixam em padrões socialmente aceitos, mas que se estende a todos, perseguidos e refugiados que vêm de lugares marcados por tragédias, guerras, desastres ambientais. É um chamado à responsabilidade do outro pelo outro.

Ao clamar pela criação de cidade-refúgio, o filósofo referia-se a um futuro-presente onde a necessidade de refúgio se amplia para além do refúgio para as vítimas das guerras e forças de censura e repressão que emergem com a noite, atrás dos que não possuem acesso ao grito de defesa de forma ampla. Às tradicionais tragédias impostas pelo caos, somam-se, desde o final do século passado, o agravamento e multiplicação de tragédias humanitárias e desastres socioambientais causados pelas emergências climáticas que frequentemente andam juntas. A revisão do Novo Cosmopolitismo, tal como proposto por Jacques Derrida, nos leva a refletir

profundamente sobre as implicações da incondicionalidade do acolhimento nas cidades-refúgio. Esse conceito transcende a mera ideia de abrigo físico, articulando-se em um espaço que desafia as normas rígidas de inclusão, convidando a sociedade a adotar uma postura onde acolher também significa coexistência. Em sua carta de 1997, o filósofo apresenta essa noção como um princípio ético, que demanda uma abertura radical a todos os que buscam refúgio. O Novo Cosmopolitismo se coloca contra práticas que tentam restringir o acolhimento a categorias pré-estabelecidas, visibilizando a necessidade de senso de humanidade que permeia todas as experiências que envolvem a prática da ética da hospitalidade. Nesse contexto, a incondicionalidade do acolhimento emerge como um valor fundamental. Isso implica reconhecer a excepcionalidade de cada ser humano que se apresenta em busca de abrigo, não como um número ou uma estatística, mas como o outro singular com uma trajetória própria repleta de dor, esperança e um inato desejo de pertencimento. Acolher incondicionalmente significa acolher a todos os rostos e rastros, sem tematização. Porém, apesar de propô-lo, o filósofo também o considerava impossível.

A chamada para a fundação das cidades-refúgio soma ao apelo por espaço físico seguro, um chamado à transformação das estruturas sociais e políticas que definem a condicionalidade da hospitalidade. Neste jogo de condicionantes, a *hostipitalidade* é quem manda. Derrida (2007) enfatiza que a hospitalidade incondicional é sempre pervertida, contaminada pela necessidade de se inscrever em leis e normas. A presença deste terceiro fator representa a universalidade e a mediação, interrompe a relação dual e dissimétrica da hospitalidade ética, revelando sua impossibilidade. No entanto, essa interrupção é necessária para evitar a violência da pureza ética e garantir a justiça.

A proposta derridiana pede agilidade nas discussões sobre o acolhimento e suas políticas; vira um espelho que reflete a urgência de criar formas de governança que não apenas protejam os direitos dos acolhidos, mas que também deem voz a eles, integrando suas experiências em políticas públicas que realmente reconheçam suas necessidades. Derrida enfatiza que o acolhimento nas cidades-refúgio deve ser incondicional em suas raízes, porém condicionado às condições necessárias para uma coexistência pacífica. O desafio está na construção de espaços que não apenas aceita as vítimas de tragédias, mas que também as integra ativamente na vida da comunidade. Abrir espaço reconhecendo que o acolher precisa ser traduzido em ações concretas, como políticas de inclusão, participação em decisões comunitárias e o oferecimento de recursos para que cada indivíduo possa reconstruir sua vida de forma digna.

“Cosmopolitas de todo o mundo, mais um esforço!”, lançada por Derrida (1997) como um apelo à construção de um mundo mais justo e acolhedor, ecoa em nossos corações como um convite à invenção de novas formas de solidariedade, capazes de transcender as fronteiras e os nacionalismos que nos dividem. Nesse sentido, as cidades-refúgio, em sua singularidade, surgem como testemunhas exemplares de um futuro possível, onde a acolhida ao estrangeiro, ao diferente, àquele que busca abrigo e proteção, se torna a pedra angular de uma nova ética da convivência humana (Bernardo, 2001).

A revisão do Novo Cosmopolitismo nos instiga a repensar o que significa ser parte de uma comunidade global. Em vez de limitar a hospitalidade a uma resposta a crises apenas, é necessário cultivar uma cultura de acolhimento que reconheça a incerteza e a vulnerabilidade como partes intrínsecas da condição humana. Reconhecer a existência do outro é acolher. Não só quando ele chega, como vizinho, aquele estranho que assombra nosso imaginário com seus mistérios, longe de ser compreendido. Este habitante da cidade mundana convida à prática da civilidade contida nas políticas de *hostipitalidade*: reconhecer a sua existência e presença no cotidiano, dirigir-se a ele. A indiferença a quem cuja natureza não compreendemos degrada o caráter ético da cidade como espaço de acolhimento da diferença. Dessa maneira, as cidades-refúgio não apenas habitariam o mundo das ideias, mas também seriam o lar do acolhimento como ato de solidariedade ao diferente enquanto diferença. Tais práticas inspiram promover políticas de coexistência, com o propósito de viver em harmonia com todos que habitam este mundo compartilhado.

Considerações finais

A enchente de 2024, mais que um evento climático extremo, foi uma ruptura na ordem das coisas, um abalo que expôs a fragilidade da nossa existência e a precariedade dos laços que nos unem. No turbilhão das águas, casas, ruas, bairros inteiros foram tragados, deixando um rastro de destruição e desolação. Mas, em meio ao caos, algo inesperado floresceu: a força da solidariedade, a beleza crua do senso de humanidade em sua essência. Em abrigos improvisados, escolas, ginásios e centros comunitários, estranhos se tornaram familiares, laços se estreitaram e as comunidades se (re)construíam. A experiência da enchente, em sua brutalidade, desvelou a complexidade do acolhimento, com suas nuances e contradições. Acolher o outro, aquele que chega desprovido de tudo, carregando consigo a tragédia, implica em abrir-se ao estrangeiro, ao diferente, ao que nos inquieta e nos desafia a compreendê-lo. É um gesto de generosidade e empatia, mas também de coragem e renúncia. Derrida nos alerta

para a impossibilidade intrínseca da hospitalidade incondicional, sem reservas ou restrições. É um ideal que se choca com a realidade da nossa finitude, com os limites da nossa capacidade de doação. A enchente, em sua crueza, tornou essa impossibilidade ainda mais evidente. As “regras da casa”, portanto, se tornam necessárias, justamente para preservar o direito à hospitalidade.

Ao mesmo tempo em que as águas traziam à tona a miséria humana e a dor da perda, elas também revelavam a força do coletivo, a capacidade de reconstrução e a esperança de um futuro possível. Nos abrigos improvisados, onde a vida se reorganizava em meio à precariedade, histórias de vida se entrelaçavam, experiências se compartilhavam e o tecido social se refazia, fio a fio, com a delicadeza e a resistência da esperança. A enchente, em sua dimensão trágica, nos impôs um confronto inevitável com a necessidade de alteridade para com a diferença, seja aquela que chega arrombando a porta ou a que nos habita e nos constitui. Diante da perda e do sofrimento, as fronteiras entre o “eu” e o “outro” se diluíram, revelando a interdependência radical que nos une. Acolher o outro, nesse contexto, tornou-se um imperativo ético, um gesto de reconhecimento da nossa humanidade compartilhada. Era preciso ir além da porta. Era abrir-se à possibilidade da incondicionalidade na urgência, pois a vida do outro que chegava, estava ameaçada e ainda perseguida pelo rastro do que foi abandonado. É nesse sentido que a ideia do Novo Cosmopolitismo se torna tão relevante e necessária. Trata-se de reconhecer a interdependência entre os seres humanos, da necessidade de coexistência na diversidade, que se constrói a partir do diálogo e da colaboração. É nos chamar à responsabilidade, que nos impele a agir em favor de um mundo mais justo e solidário, onde todos tenham o direito de pertencer e de ter um lar.

A enchente de 2024, portanto, não é apenas uma tragédia a ser lembrada, mas um vestígio a ser interpretado. É uma escrita na paisagem e na memória que nos convoca a pensar o futuro sob novas perspectivas: um futuro em que o refúgio na urgência não seja apenas uma ideia, mas uma prática viva, um gesto que afirma, diante da incerteza e da vulnerabilidade, a dignidade do outro como um direito inalienável e a hospitalidade como um compromisso incondicional. O ocorrido permanece, tal qual ferida aberta, enquanto um convite a pensar, acolher e reconstruir um mundo onde o outro nunca seja visto como um estranho, mas como uma extensão de nós mesmos.

Referências

ACNUR. *Principais ações do ACNUR no RS*. Disponível em: acnur.org/br/emergencias/rio-grande-do-sul-brasil. Último acesso em 24 de janeiro de 2025.

_____. *Com apoio do ACNUR, governo do RS inaugura primeiro centro humanitário*.

Disponível em: acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/com-apoio-do-acnur-governo-do-rs-inaugura-primeiro-centro-humanitario. Último acesso em 24 de janeiro de 2025.

_____. *Resposta às enchentes no Rio Grande do Sul*. Disponível em:

acnur.org/br/sites/br/files/2024-12/240614-resposta-enchentes-no-rio-grande-do-sul.pdf.

Último acesso em 24 de janeiro de 2025.

BERNARDO, Fernanda. A ética da hospitalidade ou o porvir do cosmopolitismo por vir. Coimbra: *Revista Filosófica de Coimbra*, Vol. 10, N.º 20, outubro de 2001.

_____. A ética da hospitalidade, segundo J. Derrida, ou o porvir do cosmopolitismo por vir a propósito das cidades-refúgio, re-inventar a cidadania (ii) Coimbra: *Revista Filosófica de Coimbra*, Vol. 11, N.º 22, outubro de 2002.

DERRIDA, Jacques. *Cosmopolites de tous les pays, encore un effort!* (Cosmopolitas de todos os países, ainda um esforço!). Paris: Galilée, 1997. Ed. Minerva, Coimbra: 2001.

DERRIDA, Jacques. *Adeus a Emmanuel Lévinas*. Ed. Perspectiva, São Paulo: 2008.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade I. São Paulo: Escuta, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Governo formaliza instalação de centros humanitários de acolhimento em Porto Alegre e Canoas. Disponível em: estado.rs.gov.br/governo-formaliza-instalacao-de-centros-humanitarios-de-acolhimento-em-porto-alegre-e-canoas. Último acesso em 24 de janeiro de 2025.

LÉVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 2015.

SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. *Desconstrução e arquitetura: uma abordagem a partir de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro, UAPE, 2009.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. Brazil: 6 months floods impact report. Disponível em: shorturl.at/EChvG. Último acesso em 24 de janeiro de 2025.

VIVEIROS, R. *Veja o antes e depois do Rio Grande do Sul*. Tudo EP. Disponível em <https://shorturl.at/o7ATv> Último acesso em 05 de fevereiro de 2025.